

Relator avisa que vai mudar texto da MP da desindexação

BRASÍLIA — O relator da medida provisória da desindexação, senador Coutinho Jorge (PMDB-PA), já disse que seu parecer deverá incluir modificações no texto do Governo. Ele considera a MP correta, necessária e viável, mas se diz em dúvida sobre a figura do mediador nas negociações salariais e na questão da produtividade. Segundo ele, os itens referentes aos reajustes dos salários são os que devem sofrer mais alterações. Em contato direto com a área econômica do Governo, Coutinho Jorge adianta: cada vez que reeditar a MP, o Governo tentará incluir no texto as mudanças já acertadas com o Congresso.

— Além disso, a Taxa Básica Financeira (TBF), por exemplo, exige uma legislação complementar que explicita sua natureza e características.

A comissão especial mista que analisará a MP poderá funcionar durante o recesso parlamentar. Essa foi a resposta que o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), deu ontem a um grupo de representantes da Comissão de Trabalho da Câmara. Sarney não vê obstáculos para que a comissão trabalhe em julho — desde que seus presidente e relator concordem — e adianta que acha que a MP deverá ser alterada pelo Congresso.

A MP da desindexação já começa a ser objeto de ações de inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). Ontem, foi a vez de o PDT argüir a inconstitucionalidade de três artigos, acompanhada de pedido de liminar. Hoje, os demais partidos de oposição, encabezados pelo PT, devem entrar com outra. O pedido do PDT tem como alvo principal dois artigos: o que cria a figura do mediador no caso de impasse na negociação direta entre empregados e empregadores e o que proíbe aumentos salariais a título de produtividade ou por decisão da Justiça do Trabalho.